



SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP

CNPJ: 06.079.533/0001-97

SCS Qd. 6, Bl. A, Ed. Presidente, Sala 409, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70327-900

Rua das Paineiras, 25, Bairro Jardim, Santo André/SP – CEP 09070-220

solar@solarconsultoria.com

www.solarconsultoria.com.br

Contrato 09/SMADS/13

Objeto:

ASSESSORIA, METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS E DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Cliente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMADS.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS.

Produto:

RELATÓRIO PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS PINHEIROS



SUAS

Sistema Único de Assistência Social

Julho/2013

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Plenária de Abertura	4
3. Resultado do Credenciamento.....	10
4. Relatório por eixo.....	11
4.1. Eixo I.....	11
4.2. Eixo II.....	14
4.3. Eixo III.....	17
4.4. Eixo IV	18
4.5. Eixo V	20
4.6. Eixo VI	22
5. Plenária Final	25
6. Delegados.....	28
7. Avaliação da Pré Conferência.....	29
Anexos.....	36
Anexo 1 - Palestra ministrada por Neiri Bruno Chiachio	36
Anexo 2 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo I - aprovado	40
Anexo 3 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo II - aprovado	43
Anexo 4 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo III - aprovado	45
Anexo 5 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo IV - aprovado	47
Anexo 6 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo V – aprovado	49
Anexo 7 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo VI – aprovado	51
Anexo 8 – Moções da Pré-Conferência Regional de Pinheiros.....	53

SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP

Objeto: ASSESSORIA, METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS E DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PRODUTO – RELATÓRIO PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS PINHEIROS

1. Apresentação

O presente produto apresentará a síntese dos trabalhos desenvolvidos na etapa da Pré-Conferência Regional de Pinheiros, realizada no dia 05 de julho de 2013, nas dependências da Universidade Cruzeiro do Sul, localizada à Rua Butantã, 285 – Pinheiros.

O espaço disponibilizado para a realização da pré-conferência era organizado e adequado às necessidades de discussão de grupos, porém para a execução da plenária se mostrou pequeno. Orienta-se que a comissão regional busque uma alternativa para a próxima pré-conferência.

A pré-conferência teve boa participação dos usuários e foi uma das que mais apresentou *quórum* até o fim dos trabalhos.

Segue o relato do dia.

2. Plenária de Abertura

A Pré-conferência Municipal Regional de Pinheiros teve início às 08h00minh com a abertura do credenciamento e café da manhã ofertado aos participantes.

Após a execução do hino, a mesa foi composta por Sra. Regina Hein, representante do COMAS/SP; Sra. Eliana Montana, supervisora do SAS Pinheiros, Sra. Neiri Bruno Chiachio, palestrante, Sr. Edson Orlando Silva, representante da Universidade Cruzeiro do Sul; Sr. Claudio Cassas, representante da Comissão Central; Sra. Rute Siqueira dos Santos, representante dos Trabalhadores Sociais; Sra. Elza Yrigaray, representante do Poder Público, Sr. Lucas Cardoso Conrado, representante dos Usuários, e Sra. Sara de Lima Ribeiro Nogueira, representante de Organizações.

Os integrantes da mesa se apresentaram e discursaram sobre a importância do espaço para o debate da Assistência em conjunto. Foi abordado também o tema da Participação e Controle Social.

Os componentes da mesa solicitaram que todos os participantes fizessem o esforço de permanecer até o fim do evento e definissem questões importantes para a região.

A supervisora fez uma fala rápida sobre a situação atual da Assistência Social na região, com a identificação dos serviços e dos avanços.

Em seguida a mesa de abertura foi desfeita. O mestre de cerimônias solicitou que permanecessem à mesa a Sra. Regina Hein, representando o COMAS/SP, a Sra. Eliana Montagna, supervisora da SAS, a Sra. Neiri Bruno Chiachio, palestrante e a Sra. Elza Yrigaray, que estaria auxiliando a mesa na leitura e aprovação do regimento interno.

Após a leitura da minuta de Regimento Interno foi questionado a plenária se alguém gostaria de realizar algum destaque ao texto.

Um participante sugeriu que no item do Regimento que tratava do horário limite para inscrição de delegados fosse estendido para o início da eleição dos delegados, e não no início da plenária da tarde.

A plenária aprovou a alteração do artigo. Ficando abertas inscrições então para o momento da eleição dos delegados, desde que o candidato tivesse participado integralmente da pré-conferência.

Seguem o Regimento Interno e a programação aprovados.

**X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TEMA: "A GESTÃO E O FINANCIAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS."**

**MINUTA DO REGIMENTO INTERNO DAS 31 PRÉ-CONFERÊNCIAS – X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO**

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Conferência de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Pré-Conferência terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução 663/COMAS/SP/2013.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Pré-Conferência será composta por:

- I – Conselheiro do COMAS
- II – Dois Coordenadores (Comissão Regional)
- III - Um Mediador - Indicado pelo COMAS/SP;
- IV– Um representante da CAS e/ou SAS;
- V- Um representante da Sociedade Civil e
- VI – Autoridade(s) presente(s) na Pré-Conferência

§ 1º – A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do mediador, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

§ 2º - Cabe aos Coordenadores:

- Dar início aos trabalhos;
- Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenário e
- Conduzir os trabalhos do dia;

§ 3º - Cabe ao Mediador:

- Assegurar a realização da Pré-Conferência observando o Regimento Interno e;
- Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

Art. 4º - A Comissão Organizadora Regional constituída em foro paritário composta por 03 (três) representantes do Poder Público e 03 (três) representantes da Sociedade Civil homologados pelo COMAS/SP através de Comunicado, após a realização de Assembléias nas 31 Regiões.

Parágrafo Único - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público), sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando a paridade.

Art. 5º - São participantes da Pré-Conferência:

- * Conselheiros Municipais de Assistência Social;
- * Representantes do Poder Público;
- * Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;
- * Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;
- * Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;
- * Autoridades convidadas e presentes
- * Convidados e Observadores.

Parágrafo Único - Os participantes da Pré-Conferência deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos, mediante apresentação de documento com foto.

Art. 6º - Na Pré-Conferência, o credenciamento será presencial, realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença com entrega da Ficha de Inscrição para Delegados, com a escolha referente ao Eixo temático até o limite de vagas.

Parágrafo Único – Fica estabelecido que a Inscrição para Delegados será realizada até o processo de eleição para delegados, desde que o candidato tenha participado integralmente dos trabalhos da pré-conferência.

CAPÍTULO II - Da Temática e Programação

Art. 7º - A Pré-Conferência terá como tema “**A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS**”, e como objetivo “**Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo**”

§1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo – CONSEAS/SP.

§2º - Os grupos temáticos da Pré-Conferência deverão deliberar quanto às metas em nível municipal, relativas ao tema e seus respectivos eixos estabelecidos pelo Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS para a IX Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 8º - A Pré-Conferência terá a seguinte programação:

09h00 – Início do credenciamento

09h15 – Solenidade de abertura; Hino Nacional; Saudação das autoridades presentes; apresentação da Supervisão local;

09h45 – Leitura e aprovação do Regimento Interno da Pré-Conferência;

10h00 – Encerramento do credenciamento dos participantes

10h00 – Palestra e debate

11h00 – Trabalho dos grupos por eixos temáticos

13h00 – Intervalo para almoço;

14h00 – Conclusão dos trabalhos dos grupos por eixos temáticos

15h30 – Prazo para entrega das moções;

15h30 – Plenário - Apresentação pelo Relator de cada grupo das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Pré-Conferência para aprovação pelo Plenário; apresentação e votação de moções;

17h00 – Eleição e apresentação da delegação para a X Conferência Municipal de Assistência Social;

18h00 – Encerramento

Parágrafo Único – Esta programação poderá ser alterada para adequação às condições de cada região, desde que respeite a Resolução 663/COMAS/2013.

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator contratados pela empresa de Relatoria e Sistematização

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

I – Abrir e orientar a discussão;

II - Esclarecer dúvidas;

III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;

V – Controlar o tempo

§ 3º - Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º – Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registradas em áudio, sendo responsabilidade da Comissão Organizadora Regional disponibilizar equipamento de som para o plenário, tendo em vista que a Assessoria de Relatoria será responsável pela gravação das discussões e deliberações da plenária.

Art. 10º - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Facilitador do Grupo.

Art. 11 - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão deliberar em seu tema específico as propostas que serão apresentadas no Plenário da Pré-Conferência. Após a aprovação, a Assessoria de Relatoria deverá sistematizar as deliberações para subsidiar a X Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

Art. 12 - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 30 (trinta) participantes.

CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13 - O Plenário Final da Pré-Conferência será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos relatores dos grupos temáticos.

Art. 14 - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e propostas de cada grupo e entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

Parágrafo Único – Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na X Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Organizadoras Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis após a realização da Pré-Conferência, à Comissão Organizadora Central do COMAS/SP, os seguintes materiais: lista de presença e Fichas de Credenciamento, instrumentais preenchidos dos grupos temáticos, o regimento aprovado pela plenária e moções.

CAPÍTULO IV – Da Organização Regional

Art.15 - Organização Regional

I - As Comissões Organizadoras Regionais, correspondentes às 31 regiões, são responsáveis pela sua infraestrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto na Resolução 663/COMAS-SP/2013.

II - As Pré-Conferências de Assistência Social serão realizadas no âmbito das 31 regiões administrativas das subprefeituras, conforme segue: Butantã, Pinheiros, Sé, Lapa, Itaquera, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, São Miguel Paulista, São Mateus, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Vila Maria, Pirituba, Freguesia do Ó, Casa Verde, Jaçanã, Santana, Perus, Campo Limpo, Capela do Socorro, Parelheiros, Santo Amaro, M'Boi Mirim, Cidade Ademar, Aricanduva/Vila Formosa, Ipiranga, Jabaquara, Moóca, Penha, Vila Mariana e Vila Prudente/Sapopemba.

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

Art. 16 - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados(as) das Pré-Conferências de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados(as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a IX Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS, CONSEAS e do COMAS/SP.

III - Os delegados(as) à X Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Pré-Conferências nas 31 Regiões.

IV - Os Conselheiros(as) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados(as) natos à X Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Pré-Conferências das Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Comissão Organizadora Central da X Conferência Municipal de Assistência Social ficará responsável pelas listas dos delegados(as), observadores/as, referentes à X Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional, nome, RG, CPF, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, segmento que representa, que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório.

Art. 17 - Dos critérios de escolha dos Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a X Conferência Municipal de Assistência Social

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a X Conferência Municipal da Assistência Social, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a X Conferência Municipal da Assistência Social será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da X Conferência Municipal da Assistência Social, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16 - Inciso IV deste Regimento.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz e voto na X Conferência Municipal da Assistência Social;

b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz na X Conferência Municipal da Assistência Social;

c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Pré-Conferência, entre adolescentes e adultos, os quais terão direito a voz na X Conferência Municipal da Assistência Social;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a X Conferência Municipal da Assistência Social delegados nas Pré-Conferências em número igual à quantidade de delegados da sociedade civil. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente de uma Pré-Conferência.

§ 1º Não poderão ser transferidas vagas não preenchidas por delegados do Poder Público de uma região administrativa para outras.

§ 2º- Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento devidamente preenchida em todos os itens, e no horário estabelecido, e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 3º - Caso haja empate, proceder-se-á nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 4º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Organizadora Regional para referendo final do Plenário.

§ 5º - Os delegados eleitos, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados, sendo indicado o suplente conforme a ordem decrescente de votos.

Art. 18 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Pré-Conferência.

São Paulo, 05 de julho de 2013

Comissão Organizadora Regional de Pinheiros

A palestrante Sra. Nei ri Bruno Chiachio explicou a respeito da pré-conferência, a importância da participação de todos e falou que a parte mais importante do dia seria a discussão de grupo e a troca de informações entre todos os participantes.

Citou as questões que estavam em debate na Assistência Social.

Questionou aos presentes qual segmento representavam, solicitando que cada segmento levantasse a mão quando fosse chamado.

Verificou também entre os presentes quais estavam comparecendo pela primeira vez em uma conferência.

A palestrante também fez uma fala sobre a importância dos movimentos de rua que estavam acontecendo em toda a cidade e como isso teria um impacto positivo para mudanças necessárias. E falou também sobre o Plebiscito que estava sendo discutido.

A palestrante disse que a conferência não era a única forma de manifestação, mas um espaço bom para as pessoas terem palavra e terem consciência política e crítica.

Disse ainda que a conferência na Assistência Social tinha o papel de fiscalizar se as políticas assistenciais estavam cumprindo seu papel.

Afirmou que Política Social era um direito estabelecido pela constituição de proteção social a vida, dignidade e fortalecimento da cidadania da população.

Terminada a palestra, Neiri perguntou aos participantes se recebiam benefícios, citando o eixo V. E uma usuária reclamou que não conseguia cadeira de rodas. A usuária reclamou que “AACD só era utilizada por quem tivesse dinheiro”.

A palestrante solicitou para que cada setor pressionasse o outro para que o trabalho ocorresse com um acompanhamento mais próximo.

Foi então encerrado o debate. A palestra apresentada está disponível no anexo 1 deste relatório.

Em seguida todos foram informados sobre as salas onde aconteceriam os trabalhos dos eixos e foram alertados sobre o cronograma já aprovado.

Os trabalhos da plenária inicial foram encerrados e os participantes seguirão para as salas onde os facilitadores e relatores da Assessoria contratada aguardavam.

3. Resultado do Credenciamento

O credenciamento teve uma contabilização prévia que determinou a divisão dos grupos nos espaços disponíveis. Após o encerramento do credenciamento, conforme regimento procedeu-se a contabilização final. Os números são os que seguem:

EIXO TEMÁTICO	NÚMERO DE INSCRITOS NO EIXO (FICHAS DE CREDENCIAMENTO)	FACILITADOR(A)	RELATOR(A)
Eixo 1 – O cofinanciamento obrigatório da assistência social.	14 INSCRITOS	Simone Henrique	Larissa de Araújo
Eixo 2 – Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação.	26 INSCRITOS	Patrícia Andrade	Janaína Rezende
Eixo 3 – Gestão do trabalho.	35 INSCRITOS	Rosana Marcondes	Fabiana Santos
Eixo 4 – Gestão dos serviços, programas e projetos.	34 INSCRITOS	Mauro Soares	Raquel Santos
Eixo 5 – Gestão dos benefícios no SUAS.	25 INSCRITOS	Zélia dos Reis	Marly Ribeiro
Eixo 6 – Regionalização.	12 INSCRITOS	Jefferson Santana	Liane Bittencourt

Resultado da contagem de listas de presença.

Eixo	Nº de assinatura – Manhã	Nº de assinatura – Tarde
Eixo 1	14 assinaturas	10 assinaturas
Eixo 2	26 assinaturas	26 assinaturas
Eixo 3	35 assinaturas	27 assinaturas
Eixo 4	34 assinaturas	29 assinaturas
Eixo 5	25 assinaturas	22 assinaturas
Eixo 6	12 assinaturas	08 assinaturas

O resultado do credenciamento final é o que segue:

- 146 Participantes inscritos (ficha de credenciamento preenchida);
- 20 participantes do Poder Público – todos representante municipais;
- 122 participantes da Sociedade Civil – 25 representantes de usuários, 16 representantes de entidades/ONG e 81 trabalhadores sociais.
- 4 Observados.

Ao todo, 29 pessoas se candidataram a delegados. Todos os candidatos presentes no momento da aclamação foram eleitos, pois havia vagas para todos.

O resultado da eleição está contido no item 6 deste relatório.

4. Relatório por eixo.

4.1. Eixo I

Os trabalhos do grupo tiveram início com a facilitadora Simone e a relatora Larissa se apresentando.

Simone localizou juntos aos participantes os objetivos e a ementa do eixo I e fez a leitura dos mesmos.

Neste momento, a facilitadora da Patrícia, do eixo II, entrou na sala e pediu para trocar de sala devido ao seu grupo ser mais numeroso do que o grupo do eixo I, e não ter espaço suficiente na sala. Simone perguntou se os participantes do eixo I aceitariam realizar a troca e todos aceitaram. A troca de sala então foi realizada.

A leitura dos objetivos e ementa do eixo I foi retomada junto aos participantes.

Simone disse que o foco do trabalho era analisar aquilo que foi produzido nas conferências de 2009 e 2011.

Ela localizou junto aos participantes, as deliberações elaboradas nas conferências de 2009 e 2011.

Uma das participantes disse que participou de uma das últimas conferências.

Simone disse que a importância desse eixo na conferência, era o fortalecimento do SUAS.

Outra participante disse que por trabalhar com assistência social, via que o setor era muito esquecido.

A facilitadora perguntou se este “esquecimento” também poderia estar relacionado ao cofinanciamento. E a participante disse que também, pois a verba era baixa.

Outra participante disse que isso se ocorria devido a questões de político-partidárias.

Simone perguntou se essa questão poderia ser colocada como primeira dificuldade. E todos os participantes disseram que sim.

Uma pessoa pediu que uma participante do grupo, usária de um albergue, desse o seu parecer referente às políticas de assistência social. Ela respondeu que o atendimento do CRAS era bom, porém ela achava que deveria haver um maior monitoramento sobre o tratamento que os albergues davam aos usuários.

Disse que quando os usuários reclamavam, os funcionários desmentiam os fatos ocorridos. E que os funcionários achavam que o usuário estava ali “de favor” e não enxergavam o usuário como um indivíduo que tinha direito a Assistência.

Uma das participantes concordou que deveria ocorrer uma maior fiscalização, do atendimento aos usuários nos albergues.

Outra que trabalhava no CCA, disse que gostaria de discutir mais especificamente sobre as verbas repassadas ao CCA, disse ainda que a verba era boa, mas ela era mal

distribuída para a realização das atividades no dia a dia. Também comentou que a verba para a alimentação era alta, porém a verba repassada para os recursos humanos, muito baixa. Disse que o quadro de funcionários era pequeno e assim como o salário era baixo.

Um participante disse que existia uma subordinação em relação ao repasse da verba para a contratação de profissionais, para atuar nas entidades.

Uma das participantes trouxe a questão da formação dos profissionais. Disse que hoje em dia, não havia um preparo prático do profissional para lidar com as questões do dia-a-dia.

Uma pessoa perguntou se o participante disse que as ONGs eram subordinadas. Ele afirmou que sim, então ela disse que as ONGs não eram subordinadas, uma vez que possuíam um monte reclamações e nada era feito para desfazer o convênio entre o poder público e privado.

O participante disse que havia algumas formas de punição, como corte de verba, e ela afirmou que já estava com 58 anos de idade nunca viu isso acontecer.

A facilitadora pediu para que os participantes focassem no tema do eixo e no material que o grupo teria que produzir. Seguindo para a leitura das deliberações não implementadas.

Um participante questionou sobre o que significava Plano Plurianual e a facilitadora explicou que era um plano elaborado, nas três esferas de governo, de quatro em quatro anos, e que era alterado pelas novas gestões a partir do segundo ano de mandato.

Um participante disse que estava sendo realizada uma consulta às áreas, para identificar quais eram as suas carências, disse que as necessidades estavam sendo pensadas para, até 2016.

Simone perguntou aos participantes se eles achavam que o melhor repasse de verbas nas três esferas de poder, geraria um melhor atendimento ao usuário.

Um participante disse que era necessário pensar em melhores formas de participação, disse que já existiam vários canais de participação. Disse ainda, que no albergue em que trabalha, havia uma comissão de usuários.

Outra participante disse que os canais de comunicação deveriam ser fortalecidos, pois não bastava fazer a denúncia, porque muitas vezes o problema emperrava em um setor, inviabilizando a resolução do problema. Disse que a rede precisava ser mais fortalecida e integrada.

Simone perguntou aos participantes se eles verificavam que houve um avanço com relação ao crescimento da rede e a participação dos usuários.

Uma pessoa disse que ainda era muito pequeno e outra disse que ainda faltava conhecer e desenvolver outros canais de comunicação, principalmente porque a dinâmica dos lugares era diferente. Às vezes o que funcionava para um lugar, não funcionava para outro e vice-versa. Disse que os grupos determinavam o ritmo de trabalho da assistência social.

Simone perguntou se o participante verificava um avanço e ele respondeu que sim. Disse que no seu local de trabalho, todos os dias eles recebiam muitas reclamações por meio do “disque denúncia 100”, ele entendeu que a demanda acabava sendo maior do que a prestação do serviço.

Simone perguntou se a dificuldade era a alocação do recurso ou a questão do recurso em si. Uma participante respondeu que faltava clareza no repasse dos benefícios e outro participante disse que faltava percepção das próprias áreas de atuação, como saúde, assistência social etc.

Uma participante disse que isso era um problema, pois essas questões não ficavam claras para os usuários saberem onde poderiam reivindicar os seus direitos.

Um dos participantes disse que só começou a compreender melhor o que tinha e onde poderia recorrer à assistência social, depois que passou a frequentar as reuniões do CRAS. Disse que faltava divulgação em relação aos setores e serviços.

Cecília disse que era fundamental que o cidadão se apropriasse dos seus direitos, disse que falta divulgação em relação a isso.

Simone solicitou que os participantes identificassem três avanços dentro das deliberações.

Foi dito que a criação do SUAS era um avanço, e o grupo aprovou.

Simone pergunta se todos sabiam o que era o ESPASO.

Um participante respondeu que era um projeto que oferecia curso de capacitação e que ficava na Vila Mariana. Então um dos participantes perguntou se o CEDESP tinha a ver com o ESPASO. E ele respondeu que não.

Simone então pediu para que o grupo focasse nas deliberações não implementadas e pediu para que o grupo escolhesse quais seriam as priorizadas para recomendação.

O grupo então identificou como dificuldade a divulgação da rede.

Simone pediu para o grupo apontar três dificuldades.

Uma participante disse que era confusa a forma de funcionamento do cofinanciamento. Como por exemplo, saber quais poderes estariam relacionados a ele.

O grupo identificou que o repasse para a assistência social era de 2% em cada esfera de governo. Um participante disse que era fundamental entender como a verba de 2% era repassada para os vários setores.

Uma participante disse que a renda destinada a assistência social não deveria estar atrelada ao BPC.

Duas dificuldades foram formuladas.

Houve a pausa para o almoço e no retorno a facilitadora disse que seriam retomadas as atividades no ponto em que foi interrompido.

Um dos participantes perguntou se a verba de 2% para assistência social era apenas uma proposta ou se ela realmente existia. Simone esclareceu que ela já existia.

Outra participante perguntou quais eram as áreas que mais tinham verba. E Simone respondeu que a primeira era a saúde e a segunda, a educação.

Uma das participantes disse que havia uma parceria entre as esferas do poder. Entre o poder público e o privado.

A facilitadora leu tudo que havia sido feito pelo grupo no instrumental 2 até o momento para seguir com a discussão. Como haviam sido escolhidas apenas duas deliberações, Simone localizou junto aos participantes, as demais deliberações, para que fossem escolhidas mais três.

Um participante apontou que a justificativa da deliberação 31 de 2009 e a 4 de 2011 eram iguais e semelhantes à deliberação 5 de 2011.

O grupo criou a seguinte proposta: Destinar recursos específicos no final de cada ano, sem prejuízo da verba mensal, para a melhoria e manutenção preventiva da infraestrutura e grandes reparos, sempre que for necessário.

Simone continuou lendo as deliberações com os participantes. E a última deliberação escolhida pelo grupo foi a deliberação 24/2011.

O grupo fez a avaliação geral da pré-conferência e foram encerradas as atividades do eixo I.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 2).

4.2. Eixo II

A facilitadora Patrícia e a relatora Janaina se apresentaram e iniciaram a leitura e apresentação da ementa do eixo II.

Foi proposto destaque com relação à fiscalização e controle social, e a necessidade de entender as demandas do território, através do monitoramento, avaliação e planejamento. O trabalho com a divulgação dos dados dos territórios e serviços.

O grupo discutiu sobre a metodologia de trabalho. Decidiram que a discussão dos avanços, dificuldades e recomendações seria realizada com o grupo todo, e a elaboração das novas deliberações seria realizada em grupos menores.

Foi apresentado ao grupo o Caderno da Pré-Conferência.

Foi realizada a leitura e a discussão das deliberações não implementadas. E o grupo listou as seguintes:

Deliberação 33 de 2009, que tratava da criação de pesquisa de satisfação dos usuários.

- Não existe um instrumento específico para avaliação. Ausência de um sistema unificado de pesquisa e a divulgação dessas informações.
- Ausência de pessoas qualificadas para avaliar junto ao usuário.
- Ausência de modelo unificado de avaliação, que se dava de formas pontuais em alguns serviços e regiões.

- SMADS tem responsabilidade de avaliar a rede e isso era feito. Existe instrumental para realizar as avaliações. Dificuldade na sistematização e divulgação dos dados.

- Não existiam indicadores de avaliação e faltava informação e a compreensão da população sobre os serviços.

- Dificuldade de acesso a rede.

- Falta de recursos humanos e financeiros para os serviços, o que dificultava uma avaliação adequada.

- Não era prioridade da secretaria municipal no momento.

Deliberação 09 de 2011 que tratava da estruturação da gestão e da política e divulgação dos dados das pesquisas de avaliação.

- Falta de interesse em publicar os dados.

- Dificuldades na redação das propostas, que repetiam deliberações anteriores, eram imprecisas e confusas.

- Pouca de transparência da política de Assistência Social. Faltava de interesse político, inclusive para garantir pesquisa de dados e utilizar essas informações para o planejamento.

- Não era prioridade da Secretaria municipal no momento.

Deliberação 37 de 2011 que tratava da divulgação e comunicação dos dados dos territórios.

- Falta de investimento concreto nos observatórios, com técnicos especializados.

- Dificuldade de acesso dos usuários ao material, impresso e digital, devido ao fato de uma diferença nas linguagens.

- Não havia consulta para a elaboração junto aos profissionais da assistência.

- Não havia clareza de quais os dados seriam contemplados.

- Necessidade de mapeamento do território para identificar perfil dos usuários de cada área.

Deliberação 55 de 2011 que tratava da oferta de alimentação balanceada.

- Justificativa incompleta, não garantia alimentação. Vinculação da garantia de alimentação balanceada e produção de material técnico.

- Essa deliberação não está no eixo correto, era mais pertinente ao Eixo 2. Proposta de supressão da discussão no eixo.

- CRAS oferecia proteção básica e deveria garantir, à população em vulnerabilidade social, alimentação balanceada.

- Normatização que estabeleceu a forma de concessão das cestas básicas.

- Falta de autonomia do usuário para escolher sua alimentação, devido à oferta dos itens da cesta básica ser pré-estabelecidos.

Esta deliberação foi excluída por se encaixar em outros eixos.

Deliberação 52 de 2011: criação de CRAS para atender cada 5mil pessoas.

- A criação de CRAS para atender a essa proporção de usuários, demandaria a abertura de mais de 300 unidades no município. A justificativa apresentada pela SMADS não atende a demanda prevista na lei.

- Necessidade de estruturação dos serviços

- A articulação entre as secretarias para realizar o planejamento era insuficiente.

Esclarecimento: Atualmente, há 48 CRAS no município de São Paulo.

Os principais avanços elencadas pelo grupo foram:

- Ampliação da rede de serviços, com base nos dados territoriais, embora não fosse a realidade de Pinheiros.
- Incorporação de novas ações ao NCI, a partir da Portaria 46, embora, essa não fosse a realidade de Pinheiros.
- Descentralização de equipamentos socioassistenciais.

A ordem de prioridades eleita pelo grupo foi:

- Deliberação 09 de 2011 que tratava da estruturação da gestão e da política e divulgação dos dados das pesquisas de avaliação.
- Deliberação 33 de 2009 que tratava da criação de pesquisa de satisfação dos usuários.
- Deliberação 52 de 2011 que indicava a criação de CRAS para atender cada 5mil pessoas.
- Deliberação 37 de 2011 que tratava da divulgação e comunicação dos dados dos territórios.

Proposições indicadas ao longo do debate foram:

- Investimento concreto nos observatórios, com técnicos, especializados.
- Canal de comunicação com usuários deveria ser pessoalmente, inserindo que não é alfabetizado, incorporação de diferentes mídias, de acordo com a especificidade dos usuários.
- Criar mecanismos que garantissem o acesso à alimentação diferenciada.
- Necessidade de realização de concurso público, contratação de RH, construção de novos prédios, ampliação da rede de serviço sócio assistencial.

A facilitadora executou uma rápida dinâmica para agrupar os participantes de forma que eles formassem grupos com em média 05 participantes para discutir quais seriam as novas propostas elencadas pelo grupo.

Ao longo da discussão, alguns pontos foram levantados, como temas a serem elaborados em forma de deliberação. Tais temas foram retomados e distribuídos entre os grupos.

Foram oferecidos trinta minutos para que os grupos elaborassem uma deliberação e a facilitadora transitou entre os grupos, a fim de mediar o debate.

As deliberações propostas pelos grupos foram:

- Criação do Conselho Gestor distrital de Assistência Social com reuniões abertas e periódicas, cuja função era discutir demandas relativas à assistência social mapeadas no território; realizar parcerias com o poder público, organizações não governamentais e sociedade civil, a ser composto por todos os segmentos que compõem a Assistência Social, como usuários, trabalhadores sociais, representantes do poder público e sociedade civil.

- Ampliar a rede de atendimento de forma efetiva, de acordo com a particularidade socioterritorial, ampliando a comunicação intersetorial, de modo a condicionar os fluxos de acordo com as demandas apresentadas.
- Que as deliberações não implantadas e/ou em andamento fossem efetivadas em curto prazo.

Como sugestão para as próximas conferências foi proposto o apoio de assessoria técnica para a consolidação da redação do texto das deliberações propostas para as próximas pré-conferências.

Os trabalhos do eixo II foram encerrados.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 3).

4.3. Eixo III

Os trabalhos do eixo III foram iniciados com a apresentação da facilitadora Rosana e da relatora Fabiana e em seguida a apresentação dos participantes do eixo.

A facilitadora iniciou a leitura da ementa e objetivos do eixo e em seguida foram verificar e lidas pelo grupo as propostas não implementadas.

Durante a discussão sobre as propostas não implementadas a facilitadora foi elencando com os participantes temas para cada deliberação, para que ficasse mais fácil que os participantes priorizassem as cinco que entrariam como recomendação.

O grupo deliberou sobre as seguintes recomendações:

- 57 -2009 Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.
- 31-2009 Garantir recursos orçamentários para qualificação e instrumentalização de equipes de trabalho da rede socioassistencial conveniada.
- 07 -2011 Garantir suporte e acompanhamento profissional especializado, para todos os trabalhadores da rede pública e conveniada, envolvendo atendimento psicológico e psicossocial, com vistas à:
 - a) manutenção e valorização da saúde física e mental dos mesmos;
 - b) prevenção dos riscos a que estão expostos;
 - c) melhoria da atuação dos profissionais da Assistência Social junto aos serviços e usuários, contribuindo para o equilíbrio pessoal e redução das pressões do ambiente.
- 09 -2011 Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial.
- 03-2011 Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais

previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada.

Como observação referente à deliberação 03/2011, o grupo solicitou que fossem identificados quais seriam os profissionais mencionados no texto da justificativa, resolução CIT 17/2011.

Após o retorno do almoço o grupo elencou os seguintes avanços:

- 1) A portaria 46, tipificação dos serviços, que diminuiu o avanço da política do idoso, do trabalho com a família, a orientação sociopedagógica e a normatização do atendimento com pessoas com deficiência.
- 2) Mudança na forma de repasse e manejo da verba destinada à alimentação.
- 3) Fortalecimento das discussões dos fóruns de assistência social.

As Dificuldades listadas pelo grupo foram:

- 1) Determinar quadro de Rh conforme as necessidades por tipologia de serviço de cada serviço, considerando proporcionalidade entre número usuários e educadores socioeducativos.
- 2) Implantar uma política nacional de promoção da saúde para o trabalhador social.

E as novas deliberações sugeridas pelo grupo foram:

- 1) Rever quadro de Rh para os serviços de 24hs, a fim de possibilitar educação continuada em grupo.
- 2) Determinar quadro de Rh conforme as necessidades por tipologia de serviço, considerando a proporcionalidade entre numero de usuários e educadores socioeducativos.
- 3) Implantar uma política nacional de promoção da saúde para o trabalhador social.

Os trabalhos foram finalizados.

O grupo não realizou a etapa de avaliação geral da pré-conferência, principalmente por que as pessoas foram saindo da sala e ficaram poucos participantes no momento de aprovação do instrumental para apresentarem.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 4).

4.4. Eixo IV

O facilitador Mauro e a relatora Raquel se apresentaram ao grupo e iniciaram os trabalhos com a leitura da ementa e explicação sobre as deliberações e como as mesmas estavam dispostas no caderno.

As deliberações que o grupo considerou como implementadas foram: 43/2009; 32/2011; 38/2011 e 54/2011.

A deliberação 43/2009 foi considerada como dificuldade, pois o site era complicado para entendimento e faltava publicização. O grupo disse que não era considerado um avanço.

Na discussão de avanços o grupo afirmou que o sistema existia e estava implementado, porém era de desconhecimento dos participantes.

Foi definido também que o Plano de Comunicação tinha que dar ao usuário capacitação para ele utilizar o sistema. Não havia divulgação, não estava acessível, não havia publicização. E que o mesmo só era acessível para poucas pessoas.

Sobre a deliberação 32/2011, os participantes disseram que isto não existia ou era de completo desconhecimento do grupo um banco de dados. Eles disseram que os dados dos CRAS/CREAS não estavam informatizados. Existiam CRAS que não possuíam acesso a internet para o acesso a este banco de dados. Não existia prontuário eletrônico.

Já com relação à deliberação 38/2011, a linguagem não estava sendo acessível. Foi sugerido pelo grupo que o material fosse disponibilizado antes para que as pessoas pudessem estudar sobre o assunto.

Houve um avanço parcial nos processo das conferências, mas era necessário ter uma linguagem mais acessível com maior clareza e síntese nos processo de relatoria e que o material de conteúdo pudesse ser disponibilizado antes, para que as pessoas pudessem estudar sobre os assuntos.

Na deliberação 54/2011, que tratava da criação da comissão do controle de monitoramento no COMAS/SP foi dito pelo grupo que a mesma não funcionava com efetividade e de forma plena.

Foram realizados comentários acerca da não existência de um Conselho Gestor e que isso acabava sendo uma grande dificuldade. Então o grupo preferiu elencar as dificuldades depois de todas as deliberações serem lidas. Começaram com as não implementadas para depois ler as em andamento.

O facilitador instruiu que o tempo era escasso para ler todas as deliberações e que por mais que os participantes quisessem definir outras metodologias, deveriam seguir com a leitura das deliberações.

As deliberações implementadas foram lidas individualmente.

O facilitador apresentou as deliberações não implementadas e fez uma pausa para o almoço orientando os participantes a absorverem mais o conteúdo de cada deliberação antes de procederem com a seleção das prioritárias.

Ao retornarem o grupo definiu como recomendações as seguintes deliberações: 52/2011; 03/2011; 57/2009; 35/2011 e 33/2011.

Sobre a deliberação 52/2011 o grupo fez uma observação de que deveriam ser incluídas as deliberações 16/2011 e 17/2011 que estão em fase de andamento.

E sobre a deliberação 57/2009 o grupo identificou a ausência da garantia de recursos orçamentários constantes na deliberação 31/2009.

O grupo se baseou nas deliberações 33/2011 e 62/2009 para criação de novas deliberações.

Foi solicitado que se observasse quem eram os observadores e que não tinham crachá.

O grupo elencou três novas propostas, porém não realizou a avaliação geral da pré-conferência apenas as avaliações nos formulários individuais.

Os trabalhos do eixo foram encerrados.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 5).

4.5. Eixo V

A facilitadora Zélia iniciou os trabalhos do eixo V pedindo aos participantes para organizarem as cadeiras, formando um círculo.

Neste momento, entra na sala uma pessoa e explicou sobre o que era uma moção e que se alguém tivesse interesse em se manifestar, podia solicitar o formulário à Assessoria.

Os participantes se apresentaram, dizendo seus nomes e o local de onde vieram.

Zélia orientou os participantes sobre o caderno do pré-conferencista. Foram lidos a ementa e os objetivos do eixo.

A facilitadora solicitou que os participantes elencassem avanços na política e na região.

Os participantes tiveram dificuldade para entrar em consenso com relação aos avanços e foram orientados pela facilitadora.

Um ponto foi muito polêmico entre os participantes, pois tratava do mau uso do benefício recebido. Por exemplo, pessoas em situação de rua que eram beneficiárias usavam o dinheiro recebido para compra de drogas.

E uma participante defendeu que era direito do usuário, independente do uso, e que haveria a necessidade de uma melhor orientação quando ao uso dos benefícios e não de se contar os benefícios.

Outra participante defendeu que era desperdício de dinheiro público.

A facilitadora mediou a discussão do grupo com relação ao tema e por fim o grupo elencou como avanço a inclusão das pessoas em situação de vulnerabilidade social na região central e moradores de cortiço.

Foram discutidas as dificuldades da população, crianças que trabalhavam em feiras livres dizendo que iriam continuar trabalhando, porque o valor do benefício para a família por criança era muito pequeno.

Outro avanço definido pelo grupo foi que as famílias das Crianças e adolescentes acolhidos na região foram inseridas em programas de transferência de renda.

Os participantes falaram da proposta de criação de um ILPI.

Não foi considerado como um avanço, o trabalho com famílias para sensibilizar os pais, para os filhos irem para a escola, já que a consequência do trabalho seria o acompanhamento às famílias.

Outra discussão feita pelo grupo foi o fato de que agora quando famílias procuravam o CCA querendo saber o porquê da perda dos benefícios eles tinham uma explicação para estas famílias de tudo que tinha ocorrido.

As dificuldades elencadas foram:

- A falta de programas e serviços específicos para idosos em situação de risco pessoal e social.
- A maioria das famílias encaminhadas pelos CCAS ao CRAS para cadastramento acabava tendo os pedidos de benefícios sem retorno.
- A falta de pronto atendimento da equipe da saúde à pessoa em situação de rua conforme seu território.

O Grupo iniciou uma discussão acalorada sobre os serviços. Os encaminhamentos deveriam ser feitos de maneira diferente, disse um participante. Faltava um maior entrosamento entre os serviços, estes não se comunicavam, complementou o participante.

Foi realizada a leitura das deliberações e a ordem de prioridades foi a seguinte: 56 de 2011, 55 de 2011, 36 de 2011 e 33 de 2009.

Foi realizada a leitura dos trabalhos feitos pela manhã e após todos concordarem com os relatos feitos, os participantes foram dispensados para o horário de almoço.

No retorno dos trabalhos os grupos elencaram as seguintes novas propostas.

- Criação de ILPI (Instituto de Longa Permanência para idosos) na região.
- Criação de CREAS na região de Pinheiros.
- Regionalização dos valores dos benefícios com suas especificidades e revisão dos valores dos benefícios de acordo com suas especificidades e revisão dos valores exigidos de renda per capita para concessão dos benefícios.

Zélia perguntou se o grupo gostaria de fazer alguma moção e o grupo decidiu que iria redigir. Foi explicado que eles teriam que conseguir 30 assinaturas e uma das participantes se propôs a conseguir com os outros grupos.

As folhas de avaliação individual da pré-conferencia foram entregues aos participantes, porém o grupo também elencou as avaliações gerais da pré-conferência de forma coletiva.

Os trabalhos do eixo foram encerrados e o grupo seguiu para a plenária.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 6).

4.6. Eixo VI

Os trabalhos foram iniciados com a apresentação do facilitador Jeferson, da relatora Liane e dos participantes.

O facilitador explicou o caderno e a dinâmica do trabalho e foi realizada a leitura dos objetivos e da ementa do eixo. Logo após, passou-se à leitura e explicação o quadro de deliberações.

Estava presente no grupo um representante do poder público que auxiliou no esclarecimento para o grupo do significado de siglas, como SMADS, FAS, SEMPLA, COMAS e sobre as deliberações.

O facilitador passou à leitura das deliberações implementadas.

Foi solicitada a avaliação dos avanços e das dificuldades.

A deliberação 43/2009, já implementada, foi identificada pelo grupo como um avanço. Com relação a essa deliberação o grupo discutiu sobre a compilação e a divulgação dos serviços e como isso facilita o trabalho dos técnicos e a orientação aos usuários. E como dificuldade, o grupo identificou o fato do sistema não ser atualizado.

Foi sugerida uma redação para uma nova proposta: Garantir o acesso ao guia de serviços tanto pela internet quanto digital a todos os serviços socioassistenciais.

Um participante comentou que a deliberação 37, não implementada, também tinha relação à deliberação 43, já implementada.

Foi explicado por um participante que, por vezes, as mesmas deliberações parecem se repetir em eixos diferentes e tem semelhanças entre elas. E foi pontuado, o olhar da regionalização, uma vez que os CCAs de Pinheiros recebiam crianças de fora da região. Pinheiros é um polo de emprego e as crianças vêm de diferentes regiões, pela falta de oportunidade de mercado de trabalho e serviços na região de origem.

O participante falou da política pública da habitação, de interesse social, como possibilidade de resolução.

Falou-se dos casos da região Bororé Colônia e da dificuldade de acesso da população ao CRAS.

A partir desta discussão o grupo decidiu que a deliberação 52/2011 deveria ser uma prioridade.

Também foi sugerida a deliberação 55/2011 como recomendação. Ressaltando a importância da especificidade da alimentação, que passou a ser considerada como possível nova proposta pelo grupo.

Falou-se da situação do idoso, da quantidade de idosos com dificuldades nos albergues que precisariam de um atendimento diferenciado e a necessidade de implantação ILPI (Instituição de Longa Permanência de Idosos) na região.

Outra participante falou da dificuldade de atendimento aos portadores de transtornos psíquicos nos albergues e colocou a necessidade de locais específicos para esta população.

Uma participante sugeriu a deliberação 67/2009 como prioridade e outra que a 23/2009 deveria ser recomendada, pela importância da participação social. O grupo também elencou a proposta 01/2009 como recomendação, mesmo que o status dela estivesse como “em andamento”.

O facilitador sugeriu que os trabalhos fossem iniciados após o almoço pela indicação de novas propostas. Porém o grupo deliberou que seguiriam com a identificação dos avanços e das dificuldades e posteriormente com as novas deliberações.

No retorno o facilitador pediu para o grupo conceituar o que era avanço e após isso definir quais seriam os avanços efetivos.

O grupo considerou como principais avanços as seguintes propostas:

38/2011 - Garantir recursos para a Comissão de Controle e Monitoramento das Deliberações das Conferências.

50/2011 - Criação de um Comitê Gestor Municipal para trabalhar a intersetorialidade e promover ações a partir da criação de programas intersetoriais com as políticas sociais (Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, Habitação, Cultura, Transporte, Esporte), além de garantir um plano de comunicação efetivo e integrado para atendimento da população em situação de extrema pobreza. (em andamento)

04/ 2011 - Elevar o percentual do orçamento total do município destinado à Assistência Social, garantindo o percentual de no mínimo 5% destinado a assistência social, garantindo recursos para:

- Contratação, capacitação e atualização salarial dos trabalhadores do SUAS conforme o IPCA;
- Revisão da planilha de custos para os trabalhadores socioeducativos que contemple o acesso e permanência do trabalhador no equipamento, por meio de recursos destinados ao transporte e aumento do número de horas mensais de oficinas por oficinairos;
- Verba específica para capacitação garantida nos termos de convênio;
- Garantir o repasse na verba para contemplar o reajuste de salário dos trabalhadores;
- Garantir recursos para a efetivação das atividades pedagógicas.
- Contratação, capacitação e atualização salarial dos trabalhadores do SUAS conforme o IPCA;
- Revisão da planilha de custos para os trabalhadores socioeducativos que contemple o acesso e permanência do trabalhador no equipamento, por meio de recursos destinados ao transporte e aumento do número de horas mensais de oficinas por oficinairos;
- Verba específica para capacitação garantida nos termos de convênio;
- Garantir o repasse na verba para contemplar o reajuste de salário dos trabalhadores;
- Garantir recursos para a efetivação das atividades pedagógicas.

Já com relação às principais dificuldades, o grupo debateu e deliberou que seriam indicadas as seguintes deliberações:

- Com relação à deliberação 43 – 2009, já implementada, a maior dificuldade foi que a compilação e a divulgação dos serviços, que facilitou o trabalho dos técnicos e orientação aos usuários não foi atualizado.
- 20/2009 - Criar plano de divulgação dos dados da assistência social, do decálogo e dos serviços disponíveis através de diversos meios de comunicação com linguagem acessível ao usuário, para empoderar a participação da comunidade e propiciar acessibilidade do usuário ao serviço.
- 29/2009 - Desenvolver política municipal de qualificação permanente e salários adequados aos trabalhadores sociais para um atendimento digno, referente à Política de Assistência Social e os direitos dos usuários, de acordo com a NOB-RH.

A fim de apresentar novas propostas, o grupo retomou a conversa sobre a necessidade de criação de casas de acolhidas específicas para adolescentes, idosos, a criação de centros de acolhida com oferta de atividades como horta e outras atividades para crianças nesses espaços.

Foi sugerida a diferenciação das casas de acolhimento, respeitando os casos de recebidos, (crianças usuárias de drogas diferenciadas de crianças que foram afastadas do convívio da família por segurança).

O grupo fez a redação e considerou a importância de ter profissionais com formação diferenciada no mesmo local (casa de acolhida / abrigo).

Um participante explicou o Complexo Prates, que ficava na Rua Prates, e oferecia atendimento intersetorial, com profissionais da saúde, da assistência social, espaço de horta e outras atividades.

As novas propostas apresentadas pelo grupo foram:

- Criação de ILPI na região.
- Distribuição de guias de serviços a todos os serviços.
- Criação de centros de acolhida intersetoriais, específicos para portadores de distúrbios psiquiátricos que dificultavam a convivência com outros usuários.

Os trabalhos do eixo VI foram então encerrados, sem avaliação geral da pré-conferência elaborada de forma coletiva.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 7).

5. Plenária Final

A plenária final da pré-conferência de Pinheiros teve início com a composição da mesa. A Sra. Elza Yrigaray, coordenadora da comissão regional disse que seriam realizadas as leituras dos eixos, para aprovação.

A Sra. Rute dos Santos disse que foram entregues duas moções de repúdio a mesa, que seriam lidas e referendadas pela plenária antes da leitura dos eixos. Porém a plenária então solicitou que fosse realizada a leitura e a deliberação das moções de repúdio no final da leitura dos eixos.

Sra. Elza agradeceu a participação de todos e principalmente da comissão organizadora, agradeceu a Universidade Cruzeiro do Sul pela concessão do espaço e pediu uma salva de palmas a todos os presentes.

Em seguida a relatora do Eixo I realizou a leitura do instrumental preenchido pelo eixo que foi aprovado sem destaques.

Foi realizada a leitura do Eixo II e uma participante propôs que as propostas novas fossem discutidas e votadas depois da leitura dos eixos, pois muitas propostas tendiam a se repetir nos eixos.

A Assessoria metodologia solicitou que a participante esclarecesse sua proposta, pois não estava claro se iriam ler as deliberações somente a aprovação dos eixos ou se seria feita a leitura de todos os eixos e após o debate as alterações e aprovação em conjunto.

A participante disse que a sua proposta era de que as novas propostas fossem discutidas e deliberadas no final da leitura dos eixos para serem sistematizadas e que assim não se repetiriam propostas.

A representante da Assessoria explicou como funcionaria o processo de sistematização das propostas para a etapa municipal e que se a proposta fosse aprovada deveria valer apenas para as propostas repedidas para não descaracterizar a metodologia e nem perder o conteúdo dos trabalhos nos eixos.

Um participante fez um destaque dizendo que deveria ser levado em consideração aquilo que foi aprovado em cada eixo, uma vez que as propostas realizadas seriam encaminhadas para a conferência municipal e existia uma comissão de monitoramento que realizaria a fiscalização daquilo que foi elaborado pelos eixos, para verificar se contemplava aquilo que de fato, o grupo quis dizer.

Elza solicitou a votação da plenária, perguntou quem queria que a votação fosse conduzida da forma como vinha sendo ou de acordo com a nova proposta.

A maioria da plenária aprovou que se mantivesse a forma como vinha sendo feita a avaliação das novas propostas elaboradas para cada eixo.

A participante então solicitou que fosse retirada a palavra “distrital” da proposta elaborada referente à criação do conselho gestor, sugeriu que fosse substituído pela palavra “regional”.

Foi realizada a defesa de que se mantivesse o distrital, pois cada região tinha as suas especificidades.

Um dos participantes disse que se colocassem a palavra regional, já que a mesma abrangeria muita coisa, poderia não levar em consideração as especificidades de cada local, inclusive com relação ao repasse de verba.

Um dos participantes sugeriu que se incluíssem as duas palavras na proposta, “distrital e regional” e outro que ficasse “distrital e/ou regional”.

No processo de votação foi selecionada a terceira proposta.

Foi solicitada a leitura do Eixo III e foi informado que alguns participantes haviam realizado uma correção no material, porém parte do grupo já não estava mais na sala.

Houve uma discussão sobre a proposta modificada pelo grupo, entre os próprios participantes. Foi necessária uma fala da facilitadora do grupo para tentar definir a questão.

Foram realizadas várias opções de redação para o item em questão e por fim a plenária conseguiu chegar a um consenso passando-se para a discussão dos outros destaques e eixos.

Um participante realizou um destaque no item de avanços, pois alegou que seria necessária a correção semântica uma vez que através de Portaria não se define uma política, mas a normatiza. Foi aprovado o destaque.

Foi colocado em votação o Eixo III e o mesmo foi aprovado por contraste.

A relatora do Eixo IV realizou a leitura do material que foi aprovado sem destaques.

Assim como o anterior o Eixo V foi lido e aprovado sem destaques.

Foi solicitada a leitura do Eixo VI e após a apresentação pela relatora do grupo a plenária solicitou destaque na última proposta elaborada, sugerindo a supressão da mesma. Outra participante pediu destaque na mesma questão, porém para solicitar uma alteração no texto, alegando que não se utilizava mais o termo “portadores de distúrbios psiquiátricos”, mas “pessoas com distúrbios”.

Uma das participantes do eixo disse que o termo foi colocado por um usuário que necessitava de atendimento de um centro em específico.

Uma das participantes disse que criar centros de acolhida específicos seria segregar essas pessoas e afirmou ainda que concordava que era necessária a capacitação profissional, proposta que havia sido trazida por outra participante.

Uma das participantes disse que não se poderia misturar o tipo de tratamento de pessoas com deficiência com o de pessoas com transtorno mental. Ela leu a seguinte proposta de redação:

Fortalecer articulação entre saúde e assistência social para o atendimento dos casos com transtornos mentais, incluindo profissionais da saúde em alguns serviços, revendo o quadro de RH, capacitando profissionais e discutindo a criação de serviços conjuntos de saúde e assistência social.

A mesa colocou em votação todas as propostas e a plenária aprovou a última sugestão dada. Em seguida o Eixo foi aprovado por contraste.

Ao final da apresentação dos grupos, as moções apresentadas pelos participantes foram lidas para o plenário. Os textos das moções aprovadas encontram-se no Anexo 8 desse relatório.

Foi iniciado o processo de eleição dos delegados.

Após a verificação de quais candidatos estavam presentes, as vagas remanescentes foram abertas para a plenária. Alguns participantes demonstraram interesse em se candidatar.

Todos os delegados que se candidataram foram aclamados. O resultado da eleição de delegados está no item 6 deste relatório.

O encerramento da plenária se deu às 18h12minh.

Informações Gerais.

Nome da SAS	SAS Pinheiros
Identificação da Conferência	PI
Datas e período de realização	05/07/2013 das 08h00min às 18h12min
Número total de participantes	146

Número de Delegados(as):

Sociedade Civil			Governamentais	
Usuários(as)	Trabalhadores	Entidades	Municipais	Estaduais
9	7	3	7	0

Eventos preparatórios de mobilização que antecederam a Conferência

Tipo de evento de mobilização	Nº de eventos de cada tipo	Nº de participantes			
		Usuários	Representantes de Organizações	Trabalhadores Sociais	Poder Público
(X) Pré-conferência	01				01
(X) Plenárias	02				02
(X) Palestras	01		01		03
() Debates públicos					
(X) Reuniões	10	01 (por reunião)	01(por reunião)	01(por reunião)	03(por reunião)
(X) Encontros temáticos	05	01 (por reunião)	01(por reunião)	01(por reunião)	03(por reunião)
(X) Outras formas: reuniões ONGs+Rede	03	10 (por reunião)	30 (por reunião)	15(por reunião)	10 (por reunião)
Visita ao local da pré-conferência	03	01	01	01	04

6. Delegados

Segue a lista de delegados aprovados pela pré-conferência de Pinheiros.

TITULAR	DEVANIL RIBEIRO SOARES	USUÁRIOS
TITULAR	DENIS DE ANDRADE NASCIMENTO	USUÁRIOS
TITULAR	ELISSON SILVA MAIA	USUÁRIOS
TITULAR	MARIA ANTONIA CRISPIM	USUÁRIOS
TITULAR	MAURA INÊS APARECIDA DA SILVA	USUÁRIOS
TITULAR	ARMANDO NEI GODINHO VERTULLI	USUÁRIOS
TITULAR	GENI DE JESUS SILVA	USUÁRIOS
TITULAR	MIRALVA MAURÍCIA DOS SANTOS	USUÁRIOS
TITULAR	LUCAS CARDOSO CONRADO	USUÁRIOS
TITULAR	MANOEL APARECIDO CEZÁRIO DE OLIVEIRA	USUÁRIOS
TITULAR	LAIS GONÇALVES BOTO	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	MARLI DA ANUNCIAÇÃO SANTOS	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	MARIA ELENA VIEIRA	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	AMANDA DE OLIVEIRA TOFANELLO	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	ANDRÉIA ROBERTA DE SOUZA	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	CAROLINA CAMPOS MALHEIRO	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	ELOÍSA SILVA GOMES	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	FABIO LUÍS POZZO	ONG/ENTIDADES
TITULAR	SARA DE LIMA RIBEIRO NOGUEIRA	ONG/ENTIDADES
TITULAR	ELIANA DELLA MONTAGNA	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	SUELY SCIPIÃO MAGALHÃES RAGAZZI	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	MIRIAN TRONNOLONE	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	NEIDE ASSAMI MURAMATSU	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	CELIDA REGINA DE OLIVEIRA	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	SOLANGE LOMBARDI PERES DE CARVALHO	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	ELZA YRIGARAY	TRABALHADORES MUNICIPAIS
	NEIRI BRUNO CHIACHIO	OBSERVADORES

7. Avaliação da Pré Conferência

Foram respondidas 62 fichas de avaliação. A maioria das respostas ficou entre *Bom* e *Muito Bom*.

Segue quadro de análise quantitativa:

Item de avaliação	Valoração					
	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	Sem resposta
Metodologia aplicada na Pré-Conferência.	10	40	30	11	02	03
Divulgação/mobilização da Pré-Conferência.	04	27	43	16	04	02
Informação/subsídios de apoio à Pré-Conferência (Cadernos, Instrumentais e Texto-Base).	09	38	29	14	02	04
Infraestrutura na Pré-Conferência (Local e estrutura física).	24	31	31	08	00	02
Acessibilidade da Pré-Conferência.	16	32	36	04	00	08
Alimentação na Pré-Conferência.	09	18	30	25	10	04

Com relação ao questionamento “Você considera que o evento cumpriu com a finalidade proposta?”, os participantes se manifestaram da seguinte forma:

SIM	NÃO	SEM RESPOSTA
57	01	04

Foram efetuados também comentários sobre esse item, que estão listados na íntegra e sem correções:

- Não sei ao certo qual era a finalidade.
- Estamos todos dispostos a participar e colaborar da melhor forma possível, para que propostas sejam aproveitadas. Para melhores atendimentos na região e coberturas de acessar a todas as demandas existentes na região.
- Acredito que dentro do grupo eixos, conseguimos (extras) entrar em comum acordo nas propostas, recomendações, reflexões; tivemos debates importantes e pertinentes com o eixo trabalhado.
- Os materiais fornecidos precisam ser mais claros, com linguagem compreensível que estimule à participação dos usuários.
- Possibilitam a troca de instruções e reflexões conjuntas.
- A pré-conferência foi debatida basicamente por técnicos e trabalhadores sociais, ficando de fora a participação dos usuários, que no meu entendimento é princípio fundamental para novos “DESENHOS” de políticas sociais.
- Acredito que, de forma geral, sim, porém nota-se que as deliberações propostas estão ainda a desejar e as suas justificativas não têm embasamento.

- Em nenhum momento o educador social foi mencionado, fala-se em concurso público, porém o educador social é CLT. Não se fala em melhores salários; em segurança e “estabilidade” para o educador social ou sua garantia proporcionada pelo serviço. Não há valorização do educador social nessa conferência e no todo.
- Material extenso. Pouco tempo. Função do educador, qual é?
- Mais ou menos.
- Foi muito cansativo.
- Pouca compreensão por parte da maioria dos participantes.
- Os debates ficaram unilaterais.
- (assistentes sociais).
- Educador como marionete, sem representatividade.
- Virou uma discussão para assistentes sociais, e educadores não tiveram discussões para melhorar qualidade do trabalho, pra que participar de uma pré-conferência se não valorizam a nossa participação?
- Eu achei o tema de gestão que escolhi muito bom, nas discussões foi bem produtivo, de fácil entendimento e a maneira que foi sendo proposto, foi bom e no avanço bem claro.
- Os subsídios de apoio à pré-conferência deveriam ser distribuídos ao participante com antecedência.
- Fazemos sempre nossas solicitações e estas não saem do papel.
- A facilitadora Simone ajudou muito.
- Não, pois nos pontos altos de debate, não podemos nos impor com aquilo que achamos conveniente, intimidados por outros convidados que trabalharam diretamente no CRAS.
- O problema é que, geralmente o que é proposto, não é colocado em prática.
- Que tenha mais formas tipo estas conferências para que a população fique mais informada e que seja bem esclarecida para todos.
- PARABÉNS!

Já para as questões relacionadas à Avaliação Geral da Pré-Conferência foram apontadas as seguintes respostas, na íntegra e sem correções:

➤ PONTOS POSITIVOS

- Discussão.
- O conhecimento dos assuntos de outros tipos de serviços, do qual eu ainda não conheci por trabalhar com outras demandas.
- Clareza e articulação da facilitadora. (Zelia).
- Organização do evento, oportunidade de se expor, criticar;
- Clareza e boa articulação da facilitadora do grupo.
- Debates, que agregam no conhecimento aprendido de cada um.
- Empresa de assessoria bem preparada.
- Alimentação mais adequada em relação às conferências anteriores.
- Oportunidade de discussão.
- Achei melhorou bastante o material fornecido e o modo de dinâmica.
- Participação de usuários e participações significativa.
- Possibilidade de debate.
- Salas arejadas e amplas.
- A conferência é importante para que haja melhorias e ampliação dos serviços.
- Facilitador bem preparado Mauro.
- Material ok.

- Organização do evento (modo geral).
- Organização, material.
- Desenvolvimento de toda a pauta.
- A participação de todos durante o evento em cada eixo.
- Discussões para melhorias na gestão social.
- Temas e discussões.
- Ótima forma para discutir os assuntos propostos.
- Discussões para pontos básicos na gestão da Assistência Social.
- Condução dos trabalhos pelo facilitador.
- Grupo bem interessado e participativo.
- Acolhida, palestra, eixo nas classes foi ótimo.
- A facilitadora muito legal, ajudava muito nas idéias Rosana.
- O tema com bastante p/ polêmica.
- Local.
- Material.
- Didática.
- Formação de professores, qualificação profissional.
- Troca de experiências.
- O empenho da facilitadora Rosana (eixo3) em atingir os objetivos da pré-conferência.
- A participação de todos.
- As questões que foram discutidas.
- A localização foi excelente, próximo ao metrô e de fácil acesso.
- Com bastante desempenho conseguimos concluir os pontos propostos na conferência.
- Organizar os grupos.
- Usuário.
- Conferência bem organizada a facilitadora soube conduzir bem os debates e as diversidades das idéias.
- Discussão dos eixos dos trabalhos dos equipamentos.
- Discussão dos eixos dos trabalhos dos equipamentos.
- Discussão dos eixos pertinentes ao trabalho dos equipamentos com os trabalhadores sociais.
- A facilitadora conduzir de maneira didática.
- Organização e infra-estruturar.
- Local, organização.
- Embora o nosso tema eixo 1 fosse difícil nós conseguimos avançar bastante.
- Todos os pontos foram positivos para nós.
- Local.
- Alimentação.
- Solar.
- Discussão: sobre assuntos em comuns.
- Infraestrutura, acessibilidade.
- As novas propostas que foram escolhidas; que elas sejam avaliadas e aprovadas com urgência.
- Debates, as propostas.
- Pontos positivos em relação ao eixo escolhido tiveram alguns esclarecimentos e uma troca de experiências bastante rica e quantitativa espaço.
- Assuntos abordados.
- De haver estas conferências no bairro.

- Dinâmica das atividades desenvolvidas p/ eixo.
- Por ser minha primeira participação em conferência achei positivo o material fornecido, a apresentação, as discussões.
- Todos.
- Melhor suporte por parte da gestão.
- Infraestrutura, organização.
- Localização.
- Melhor infraestrutura na organização do evento vializada pela Assistência Social
- Clareza na apresentação e acompanhamento.
- Toda discussão em prol da sociedade sempre alguma coisa é conseguida.
- Organização e estrutura.
- Gostei do hino nacional, as explicações passada pela bancada inicial, a intermediadora deixou os grupos à vontade para argumentar.

➤ PONTOS NEGATIVOS

- Alimentação deveria ser mais balanceada e com variedades.
- Nada sai do papel.
- Almoço.
- Algumas formas e falar técnicas durante as conversas não são de fácil entendimento para participantes que não estão acostumados a participar desses encontros.
- Sala pequena, onde fizemos a apresentação inicial da pré-conferência.
- Acessibilidades para deficientes, cadeirante prejudicada.
- Acessibilidade parcial.
- Curto tempo.
- Alimentação, deveria ter almoço.
- Textos sistematizados de várias conferências sem tratamento prévio de análise, classificação e síntese.
- Falta de preparo das pessoas convidadas sobre os temas.
- Falta de participação popular, falta de entendimento do controle popular democrático e social.
- A falta da participação da população.
- Não houve aviso prévio da conferência a ponto dos participantes poderem receber o material de apoio e estudá-lo com antecedência. Além do período integral que é desgastante e a alimentação fraca.
- Alimentação.
- Elevador quebrado.
- Salas pequenas. Faltou ar condicionado.
- Temas ouvidos dificultando a compreensão das diferenças dos usuários presentes. Conferência cansativa/ leitura inicial e o título além dos eixos, desmotivante.
- Estrutura na sala de conferência (ar condicionado).
- Os assuntos muito repetitivos e a estratégia muito ruim.
- Falta de informação sobre os temas propostos. As discussões e ideias com visão de proteger e auxiliar apenas os assistentes sociais.
- Informações mais simplificadas.
- Repetitividade de assuntos.
- Muita repetição no material disponibilizado.

- Muita demora em divulgar o material.
- Tipo p/ discutir propostas, a facilitador apressa muito a gente, além de muitos casos, direcionar o nosso pensamento.
- Desinformação da maioria dos participantes essa pré-conferência tem mais a ver com as assistentes sociais/ a obrigatoriedade do comparecimento.
- Ausência de capacitação para as visitas domiciliares e preenchimento de instrumental.
- Que a conferência regional n seja um encontro obrigatório.
- Alimentação (almoço).
- Salas + adequadas (espaço).
- Questões que não foi a aprovadas p/ os usuário.
- Muitas discussões além das propostas.
- Pouco tempo para a redação das propostas.
- Pouco tempo p/ as questões.
- As salas são pequenas, e, com cadeiras e carteiras ruins, sendo inadequadas e desconfortáveis para a carga horária e permanência dos participantes nos grupos de trabalho.
- Não houve pontos negativos no qual geraria conflito.
- Poucos profissionais no quadro de pessoal para deficiente e inclusão.
- Poucos profissionais/quadro de pessoal deficiente.
- Falta regulamentação/ aprovação por em prática saindo dos profissionais da área/ numero insuficiente de funcionários.
- Os cadernos deveriam chegar bem antes, p/a preparação discussão previa e a linguagem deveria ser mais clara, simples e organizada (repetições, aglutinar propostas da mesma área).
- Comida troca, temas que pessoas mais humildes desconhecem.
- Tempo de conferência muito extenso.
- Pouca gente no nosso grupo. Melhor divisão para os eixos.
- Não teve ponto negativo.
- Alimentação.
- Muito tempo em discussão sem objetividade clara e especificas.
- A alimentação foi péssima uma refeição que não poderíamos nem considerar.
- Já que passamos o dia aqui deveríamos comer melhor.
- Negativos só uma parte quis ter sempre razão na hora dos debates e ficou uma situação delicada.
- O entrosamento do grupo.
- Alimentação (almoço).
- Representantes do CRAS acham que tem razão em tudo.
- Nenhum.
- Nenhuma participação do grupo.
- Alimentação.
- Divulgação.
- A alimentação deveria ser mais balanceada e com variedades.
- A conferência poderia ser dividida em dois dias pelo período matutino.
- Almoço.
- Almoço.
- Alimentação.
- Linguagem mais acessível.

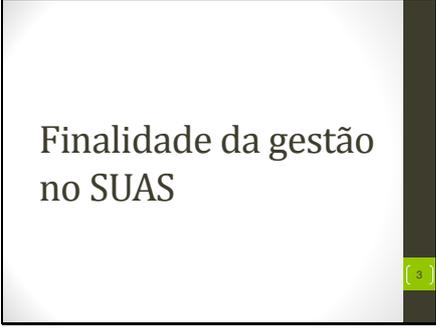
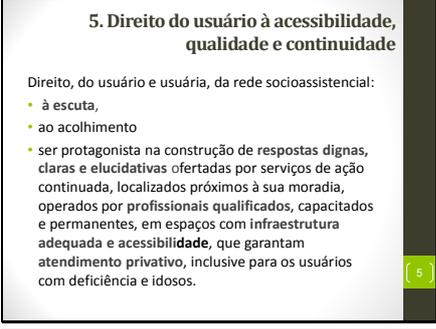
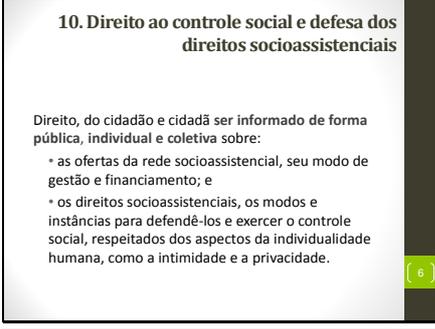
➤ SUGESTÕES PARA FUTURAS CONFERÊNCIAS

- Melhor estrutura organização mediação melhor que as ultimas conferencias.
- Na abertura e no encerramento deveria ser em um local maior, para maior atenção de todos participantes. Que ficamos o dia todo na pré-conferência.
- Maior espaço e comodidade para apresentação inicial da pré-conferência.
- Almoço de qualidade, visto que ficamos o dia todo na pré-conferência.
- Linguagem apropriada, simples na palestra inicial linguagem mais usual e menos técnica, para não desmotivar os usuários da participação.
- Manutenção da organização atual.
- Trabalhar e discutir temas com antecedência para facilitar atendimento do grupo.
- Linguagem ser + acessível, os participantes seguirem com os mesmos eixos.
- Cada pessoa que participou de pré-conferência passou manter o mesmo eixo para continuação do mesmo facilitando o andamento.
- Continuidade dos trabalhos.
- Almoço, local maior.
- Distribuição previa dos textos para analises.
- Textos mais enxutos, com agregação de propostas repetidas e designação pela pertinência ao tema ou eixo tema (trabalho/ controle total etc.).
- Falta de preparo das pessoas convidadas sobre os temas.
- Criar mecanismos de formação ou auxilio aos usuários que queiram participar assim se o mesmo deseja.
- Que o caderno seja disponibilizado com antecedência para que haja tempo hábil de estudo e conhecimento sobre o tema.
- Aviso com no mínimo três semanas.
- Disponibilizar o material completo para o estudo.
- Horários que não ultrapasse a carga horária de trabalho de 8 horas por dia dos participantes.
- Não obrigatoriedade na participação da conferência.
- Iniciar os trabalhos logo após a “decomposição” da mesa.
- Material ser liberado meses antes para estudo.
- Dividir grupos de educadores e assistentes sociais para discussões mais proveitosas e especificas.
- Materiais mais simples.
- Exposições mais fáceis de compreensão.
- Motivação para a participação maior do público.
- Horário somente até as 15 horas. Após isso fica improdutivo o evento.
- Manter garra p/a conquistar os objetivos e sugestões pela política pública.
- Votos que os conteúdos possam sair do papel.
- Que os eixos sejam trabalhados e analisados bem antes da conferencia.
- Que tenha dinâmica em grupos.
- Qual é o papel efetivo do educador social na conferência?
- A não obrigatoriedade de presença na conferencia.
- Diminuição de tempo, pois se ocorre temas repetidos não há necessidade de muito tempo para elaboração.
- Não há necessidade de tantas pessoas para o evento, creio que apenas coordenadores diretos e pessoas diretamente ligada com cada questão deveriam participar. Há pessoas que não tem a menos conflitos para opinar.
- Pouco tempo para discutir as propostas já feitas, ter maior tempo para as pessoas discutirem as propostas novas e atuais.

- Não ser obrigatória/ se for pelo menos mandar material com antecedência para melhor entendimento.
- Que no nosso próximo encontro que n seja período integral e sim meio período seja servido almoço mesmo.
- Que o facilitador seja aberto com essa que estava c/ nós (Rosana).
- Almoço+ variado (qualidade).
- Salas+ adequadas (espaço).
- Atendimentos sobre andamento sociais.
- Se possível, divulgar com antecedência o Regimento Interno, eliminando sua leitura no dia evento. Essa divulgação se daria através dos gerentes de cada entidade convidada, que passava aos membros participantes da pré-conferência.
- Formação e qualificação dos profissionais.
- Formação dos profissionais.
- Qualificação profissional e continuada dos profissionais dos CCAs.
- Rever a redação dos eixos propostos p/a conferencia- eixos complexos não favorecem o debate e a preparação.
- Melhorar a qualidade da coordenação e redação n conferência e após esta.
- Menos tempo de conferência.
- Linguagem + simples e ostentações prévias para usuários trabalhadores famílias que desconhecem os temas trabalhados.
- Mesmo espaço e facilitadores.
- Que resolva os pedidos.
- Menor tempo de pré-conferência.
- Que seja feita da mesma forma o qual foi realizada esta conferência.
- Mais tempo para os debates.
- Aprimorar o que começo até o fim.
- Melhor infraestrutura na organização do evento viabilizando pelo COMAS, exceto o espaço da plenária.
- Contratar empresa para redigir os textos.
- Maior intervalo para o almoço.
- Um almoço descente.
- Implementar apoio técnico para a redação dar deliberações visto que os textos são repetitivos, redundantes e muitas vezes inviáveis.
- Horário- muito extenso.
- Organização na alimentação, e nas condições de horas longos de trabalho.
- Um almoço descente.

Anexos

Anexo 1 - Palestra ministrada por Neiri Bruno Chiacchio

Slide 1		Slide 2	
Slide 3		Slide 4	
Slide 5		Slide 6	
Slide 7		Slide 8	
Slide 9		Slide 10	

<p>Slide 11</p>	<p>Objetivo</p> <p>Analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do SUAS, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado.</p> <p>(11)</p>	<p>Slide 12</p> <p>X Conferência</p> <p>(12)</p>
<p>Slide 13</p>	<p>EIXO 1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</p> <p>(13)</p>	<p>Slide 14</p> <p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cofinanciamento da assistência social pelos três entes federados com alocação de recursos próprios no respectivo fundo de assistência social. • Estruturação do Fundo de Assistência Social e sua gestão pela área específica da assistência social. • Acompanhamento pelo Conselho de Assistência Social do uso do IGD. • Utilização de no mínimo 3% do IGD no aprimoramento e fortalecimento do controle social. <p>(14)</p>
<p>Slide 15</p>	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação do Conselho no processo de elaboração, apreciação e aprovação da proposta orçamentária da área, do Plano de Assistência Social, bem como do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. • Acompanhamento da execução do Plano de Assistência Social pelo Conselho. • Acompanhamento, apreciação e aprovação do Conselho da execução orçamentária e financeira dos recursos geridos pelo Fundo. • Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos. <p>(15)</p>	<p>Slide 16</p> <p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tornar a linguagem do financiamento acessível a todos os segmentos do Sistema; • Transparência e prestação de contas de todos os recursos (financiamento direto e renúncia); <p>(16)</p>
<p>Slide 17</p>	<p>EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</p> <p>(17)</p>	<p>Slide 18</p> <p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vigilância socioassistencial incorporada à gestão das SUAS (planejamento, prevenção e notificação e reconstrução de direitos). • Criação, produção e utilização de indicadores municipais de assistência social com base no olhar da vigilância socioassistencial. • Organização da busca ativa no município. • Efetivação do Prontuário SUAS. <p>(18)</p>
<p>Slide 19</p>	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considerar demanda não somente quem chega ao serviço; • Precárias ou inexistentes estratégias de partilha de informação na política e entre políticas; <p>(19)</p>	<p>Slide 20</p> <p>EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO</p> <p>(20)</p>

Slide 21	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estágio de implementação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS no município. • Segurança normativo-jurídica e as condições objetivas para a reconfiguração do trabalho social desenvolvido na gestão e no atendimento prestado à população. • Realização de concurso público para ampliação do quadro de servidores efetivos e a instituição de carreira específica para os trabalhadores do SUAS. 	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> •Cofinanciamento federal e o pagamento das equipes de referência, responsáveis pela organização (gestão) e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios dos SUAS • Enfrentamento à precarização dos vínculos trabalhistas, com a adoção de formas flexíveis e precárias de trabalho informal, parcial, temporário, terceirizado, contratação por meio de prego eletrônico, que compromete a continuidade e a permanência dos serviços e dos servidores públicos. • Capacitação, formação com planejamento.
Slide 23	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos de formação continuados e voltados à criar segurança na produção de respostas; • Intervenção menos processual e mais assentada na garantia de direitos, particularmente os direitos 5º e 10º do decálogo dos direitos socioassistenciais. 	<p>EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS</p>
Slide 25	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da gestão dos serviços socioassistenciais no município. • Controle social e a fiscalização do desempenho da oferta dos serviços de proteção social básica (PSB) e de proteção social especial (PSE) prestada em parceria entre a rede socioassistencial. • Serviços de PSB e PSE e sua vinculação aos CRAS e ao CREAS. •Desenvolvimento da ação em rede e a operacionalização entre CRAS e de CREAS. • Reordenamento dos serviços de acolhimento. 	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle social nas etapas de implementação da Política de Assistência Social: planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da oferta dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais. • Monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS objetivando verificar a assertividade e efetividade das ofertas (provimentos).
Slide 27	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de cobertura dos serviços – compromisso com demandas; • Olhar o sistema para além das unidades estatais, articulando proteção básica e especial; • Definir procedimentos nos serviços adequados aos problemas que se quer enfrentar e em conformidade com as respostas que se quer produzir. Não é improviso!! 	<p>EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS</p>
Slide 29	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do acesso à orientação, encaminhamento e requerimento do BPC. • Condições e formas de acesso dos beneficiários do BPC aos serviços socioassistenciais e as demais políticas públicas. • Ações intersetoriais, como os programas BPC/ESCOLA e BPC/TRABALHO, na ampliação da proteção social. • Regulamentação e publicação dos critérios, valores e forma de acesso aos benefícios eventuais. • Benefícios e Programas de transferência de renda (BPC, Bolsa Família e os demais de âmbito municipal e estadual) e sua integração com os serviços socioassistenciais. 	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender benefício como instrumento para assegurar o direito à sobrevivência e para combater à desigualdade de renda; • Aperfeiçoar fluxos de comunicação entre políticas para que não haja prejuízo na atenção aos beneficiários; • Superar o estabelecimento de critérios morais e excludentes impedindo acesso a benefícios; • Ter previsibilidade e planejamento para situações climáticas de incidência constante;

Slide 31

EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO

31

Slide 32

O que está em debate

- Universalizar o acesso da população à integralidade dos serviços socioassistenciais.
- Formatos de regionalização considerando as necessidades sociais e serviços.
- Diagnóstico estadual sobre vulnerabilidades, riscos e violação de direitos e mapeamento estadual da rede socioassistencial.
- Reconhecimento de diversidade na população nos municípios.

32

Slide 33

Alguns desafios

- Assegurar atenção e definir responsabilidades para áreas de divisa municipal;
- Estabelecer responsabilidade compartilhada com a instância estadual para atenção a situações de dimensão intermunicipal.

33

Slide 34

A tarefa

São necessárias ações para reduzir o sofrimento humano em ser excluído, propulsão de forças para restaurar a auto-estima face à discriminação. [Os usuários] reclamam da necessária humildade dos agentes institucionais que os tratam como seres desprovidos da capacidade de saber o que desejam ou do que necessitam. A pessoa que recorre, [por] exemplo, a um hospital não busca só atendimento médico. O tratamento que recebe deve reconhecer sua dignidade humana, sua singularidade individual e sua identidade social. (Sposati: 2007)

34

Anexo 2 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo I - aprovado

Instrumental 2- Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de Pinheiros 2013 – Eixo I – “O cofinanciamento obrigatório da assistência social” - APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

Criação do SUAS, prevendo a responsabilidade compartilhada no financiamento.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

O grupo entende que a maior dificuldade é a compreensão do cofinanciamento no SUAS.

Linguagem inacessível e pouca divulgação das peças orçamentárias.

8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

8.3. Outras observações

As justificativas das deliberações 31/2009 e 4/2011 são iguais e semelhantes a justificativa 5/2011, o que demonstra falta de empenho e comprometimento com esses itens.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
31 (2009) - Garantir recursos orçamentários para qualificação e instrumentalização de equipes de trabalho da rede socioassistencial conveniada.	X			Estreitar o relacionamento com a Secretaria de Finanças	
26 (2009) - Fazer gestão junto à SEMPLA e Câmara Municipal para garantir em 2010 a dotação de no mínimo 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de assistência social, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	X			A União deve desvincular os 5% da Assistência Social do Benefício de Prestação Continuada – BPC	
04 (2011) - Elevar o percentual do orçamento total do município destinado à Assistência Social, garantindo o percentual de no mínimo 5% destinado a assistência social, garantindo recursos para:•Contratação, capacitação e atualização salarial dos trabalhadores do SUAS conforme o IPCA; •Revisão da planilha de custos para os trabalhadores socioeducativos que	X				

<p>contemple o acesso e permanência do trabalhador no equipamento, por meio de recursos destinados ao transporte e aumento do número de horas mensais de oficinas por oficineiros;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Verba específica para capacitação garantida nos termos de convênio; •Garantir o repasse na verba para contemplar o reajuste de salário dos trabalhadores; •Garantir recursos para a efetivação das atividades pedagógicas. 					
<p>20 (2011) - Adequar as Portarias n. 46/47/SMADS/2010 e os editais de audiências públicas, de modo a contemplar a inclusão ou alteração das seguintes matérias:</p> <p>a)Instituição de isonomia salarial entre os trabalhadores sociais da rede estatal e conveniada, bem como a equiparação de todos os demais direitos trabalhistas;</p> <p>b)Estabelecimento de adicional de insalubridade para trabalhadores em determinados serviços da rede socioassistencial;</p> <p>c)Previsão para pagamento de dissídio para trabalhadores da rede socioassistencial indireta;</p> <p>d)Aumento do número e diversificação dos profissionais que constituem as equipes de referência nos serviços tipificados, dimensionando a quantidade e a especialidade dos profissionais de acordo com a realidade de cada serviço e região;</p> <p>e)Inclusão de técnicos da área de saúde para os serviços de acolhimento;</p> <p>f)Aumento dos recursos humanos no quadro de RH da Assistência Social;</p> <p>g)Inclusão de trabalhador volante no quadro de RH da Assistência Social;</p> <p>h)Ampliação em 15% dos recursos destinados ao item RH dos convênios)Previsão de horas técnicas para todos os serviços da proteção básica e especial;</p> <p>j)Inclusão na Portaria 47 do artigo constante da antiga Portaria 28, que flexibiliza o repasse de recursos observando as especificidades regionais;</p> <p>k)Flexibilização e autonomia para utilização dos recursos repassados às entidades conveniadas para contratação e compra de equipamento;</p> <p>l)Garantir data limite para: (a) fechamento e abertura dos orçamentos anuais; (b) repasse da verba da Assistência Social e da verba adicional para todos os convênios;</p>	X				

<p>24 (2011) - Instituir nova lei que disponha sobre as políticas públicas de Assistência Social operadas via convênios e parcerias com entidades e organizações sem fins lucrativos, que contemple as seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Garantia do repasse de recursos financeiros para as organizações conveniadas referentes à décima terceira parcela e reajuste anual sem atraso; •Garantia de reajuste anual do valor de todos os convênios de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); •Aumento do valor dos recursos financeiros de todos os convênios da rede socioassistencial para a capacitação de gestores, trabalhadores e usuários atendidos; 	X				
--	---	--	--	--	--

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Destinar recursos específicos anualmente, sem prejuízo da verba mensal, para a melhoria e manutenção preventiva da infraestrutura e grandes reparos.	X		

10.1 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.1. Principais pontos positivos
Boa organização em geral.

10.2 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.2. Principais pontos negativos
O grupo exige maior diversidade na composição dos grupos dos eixos temáticos.
Longa duração das reuniões da Pré-Conferência.

10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.3.Sugestões para futuras conferências
Linguagem mais acessível para o caderno.
Melhor distribuição do tempo para a realização das atividades.

Anexo 3 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo II - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de Pinheiros 2013 – EIXO II “Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação” – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

Ampliação da rede de serviços, com base nos dados territoriais, embora não seja a realidade de Pinheiros.

Incorporação de novas ações ao NCI, a partir da Portaria 46, embora, essa não seja a realidade de Pinheiros.

Descentralização de equipamentos socioassistenciais.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Deliberação 33 de 2009: que trata da criação de pesquisa de satisfação dos usuários

- Não ter instrumento específico para avaliação. Ausência de um sistema unificado de pesquisa e a divulgação dessas informações.
- Ausência de pessoas qualificadas para avaliar junto ao usuário.
- Não existem indicadores de avaliação.
- Dificuldade de acesso a rede.
- Não é prioridade da Secretaria municipal no momento.

Deliberação 09 de 2011: que trata da estruturação da gestão e da política e divulgação dos dados das pesquisas de avaliação.

- Falta de interesse em publicar os dados.
- Pouca de transparência da política de Assistência Social. Falta de interesse político, inclusive para garantir pesquisa de dados e utilizar essas informações para o planejamento.
- Não é prioridade da Secretaria municipal no momento.

Deliberação 37 de 2011: que trata da divulgação e comunicação dos dados dos territórios

- Falta de investimento concreto nos observatórios, com técnicos especializados
- Dificuldade de acesso dos usuários ao material (impresso e digital), devido ao fato de uma diferença nas linguagens.
- Não há consulta para a elaboração junto aos profissionais da assistência.
- Não há clareza de quais os dados serão contemplados.

Deliberação 55 de 2011: que trata da oferta de alimentação balanceada.

- Justificativa incompleta, não garante alimentação.
- Essa deliberação não está no eixo correto.

Deliberação 52 de 2011: criação de CRAS para atender cada 5mil pessoas.

- A justificativa apresentada pela SMADS não atende a demanda prevista na lei.
- Necessidade de estruturação dos serviços.
- A articulação entre as secretarias para realizar o planejamento é insuficiente.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
09 (2011)- Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial.	X	X	X		
33 (2009) - Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.	X				
52 (2011) - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X	X	X		
37 (2011) - Criar plano de divulgação e comunicação da Assistência Social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Criação do Conselho Gestor Regional e/ou Distrital de Assistência Social com reuniões abertas e periódicas, cuja função é discutir demandas relativas à assistência social mapeadas no território; realizar parcerias com o poder público, organizações não governamentais e sociedade civil, a ser composto por todos os segmentos que compõem a Assistência Social (usuários, trabalhadores sociais, representantes do poder público e sociedade civil).			
Ampliar a rede de atendimento de forma efetiva, de acordo com a particularidade socioterritorial, ampliando a comunicação intersecretarial, de modo a condicionar os fluxos de acordo com as demandas apresentadas.			
Que as deliberações não implantadas e/ou em andamento sejam efetivadas.			

10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.3.Sugestões para futuras conferências
Apoio de assessoria técnica para consolidar a redação do texto das deliberações propostas nas próximas pré-conferências.

Anexo 4 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo III - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de Pinheiros 2013 – eixo III “Gestão do Trabalho” – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços
A portaria 46 (tipificação dos serviços), que normatiza os serviços de atendimento aos idosos, a família, a orientação sociopedagógica e às pessoas com deficiência.
Mudança na forma de repasse e manejo da verba destinada à alimentação.
Fortalecimento das discussões dos fóruns de assistência social.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades
A realização de educação continuada em grupo, nos serviços que funcionam 24hs.
A proporcionalidade existente atualmente entre educadores socioeducativos e números de usuários.
Falta de capacitação para os atendimentos.
Falta de capacitação para o trabalho social, em especial visita domiciliar, e o trabalho socioeducativo no atendimento aos usuários frente à diversidade e vulnerabilidade dos mesmos.

8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

8.3. Outras observações
Referente à Deliberação 03/2011 (Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada), identificar quais são os profissionais mencionados no texto da justificativa. (Resolução CIT 17/2011)

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
57 -2009 Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.	x				
31-2009 Garantir recursos orçamentários para qualificação e instrumentalização de equipes de trabalho da rede socioassistencial conveniada.	x	X	X		

07 -2011 Garantir suporte e acompanhamento profissional especializado, para todos os trabalhadores da rede pública e conveniada, envolvendo atendimento psicológico e psicossocial, com vistas à: a) manutenção e valorização da saúde física e mental dos mesmos; b) prevenção dos riscos a que estão expostos; c) melhoria da atuação dos profissionais da Assistência Social junto aos serviços e usuários, contribuindo para o equilíbrio pessoal e redução das pressões do ambiente.	x	X	X		
09 -2011 Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial.	X				
03-2011 Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada.	x				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Rever quadro de RH para os serviços de 24hs, a fim de possibilitar educação continuada em grupo.	X		
Determinar quadro de RH conforme as necessidades por tipologia de serviço, considerando a proporcionalidade entre número de usuários e educadores socioeducativos.	X		
Implantar uma política nacional de promoção da saúde para o trabalhador social.	X	X	X

Anexo 5 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo IV - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de Pinheiros 2013– Eixo IV “Gestão de Serviços, Programas e Serviços” – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

38/2011 - Houve um avanço parcial nos processo das Conferências.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Valorização financeira e formativa dos profissionais que desenvolvem os serviços socioassistenciais direta e indireta com plano de carreira adequado as necessidades dos trabalhadores.

43/2009 e 32 - Ausência de um plano de comunicação que seja divulgado, acessível e de fácil usabilidade. Banco de dados informatizado nos CRAS/CREAS é de total desconhecimento do grupo.

Ausência de programa e projetos de supervisão institucional objetivando a qualidade dos serviços socioassistenciais por meio da formação do apoio e de cuidados aos trabalhadores sociais para o desempenho de suas funções.

8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

8.3. Outras observações

43/2009- O grupo considerou que a meta não foi implementada, porque não há um sistema de comunicação com instrumentais adequadas e acessíveis aos diversos segmentos. Para atingir esta meta 43/2009, precisaria ter implementado também as deliberações 18, 19, 20, 03 e 51 em toda a cidade de São Paulo.

38/2011- É necessário ter uma linguagem mais acessível com maior clareza e síntese nos processo de relatoria. Os materiais de conteúdo possam ser disponibilizados antes para que as pessoas possam estudar sobre os temas e se apropriar dos conteúdos.

52/2011- incluir as deliberações 16 e 17 que estão em fase de andamento.

57/2009- identificou-se a ausência da garantia de recursos orçamentários constantes na deliberação 31/2009.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
52/2011 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	x				

03 /2011- Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada.	x				
57 /2009- Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.	x				
35/2011- a) Implantar Conselhos Gestores nos serviços socioassistenciais, constituídos e compostos por representantes da gestão do serviço, trabalhadores e usuários. Abrir a participação às pessoas da comunidade e, se necessário e possível, a um representante do poder público. Normatizar que uma cópia da ata de cada reunião do Conselho deverá ser encaminhada para os CRAS e CREAS de cada região. b) Implantar Conselho Gestor nos CRAS e CREAS, composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil.	x				
33 /2011- Criar canais de comunicação dos usuários, com cogestão do poder público, para avaliação dos serviços socioassistenciais de forma imediata.	x				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Implantar rede intersetorial para garantia de direitos sociais e atenção integral à população através de compromissos formalizados por instrumentos normativos intersecretariais.	x		
Implantar e garantir o funcionamento efetivo dos serviços socioassistenciais em rede com funcionamento dinâmico, regular, complementar no plano municipal territorial com subredes por tipologias de serviços.	x		
Realizar estudo avaliativo das demandas e necessidades de cobertura de serviços socioassistenciais, bem como das condições para melhoria de sua qualidade.	x		

Anexo 6 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo V – aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de Pinheiros 2013– Eixo V “Gestão de Benefícios do SUAS” – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços
Inclusão das pessoas em situação de vulnerabilidade social e de moradores de cortiço na região de Pinheiros nos programas de transferência de renda.
As famílias das crianças e adolescentes institucionalizados na região foram inseridas em programas de transferência de renda.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades
Falta de programas e serviços específicos para idosos em situação de risco pessoal e social.
A maioria das famílias encaminhadas pelos CCAs ao CRAS para cadastramento acabam tendo os pedidos de benefícios sem retorno, devido à falta de referência e contra-referência entre os segmentos.
Falta de articulação intersetorial para pronto atendimento pela equipe de saúde às pessoas em situação de rua, não usuários dos serviços de acolhimento.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
56 de 2011 - Viabilizar aumento de 30% no valor do benefício do Programa Renda Mínima (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM), com alteração dos requisitos exigidos para inclusão de beneficiários e com adoção do per capita de até meio salário mínimo, independente da composição familiar e faixa etária.	X				
55 de 2011 - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.	X				
36 de 2011 - Ampliar a autonomia e os recursos do COMAS na promoção do controle social e da participação social.	X				
33 de 2009 – Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Criação de serviços/programas específicos para idosos como, por exemplo, ILPI (instituição de longa permanência para idosos), NCI (núcleo de convivência para idosos) e CRECI (centro de referência da cidadania do idoso) em todas as regiões que apresentam demanda.	X	X	X
Criação de CREAS (centro de referência especial da assistência social) em todas as regiões não implantadas, na perspectiva da consolidação do SUAS (sistema único da assistência social).	X	X	X
Regionalização dos valores dos benefícios de acordo com suas especificidades e revisão dos valores de renda per capita exigidos para concessão dos benefícios.	X	X	X

10.1 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.1. Principais pontos positivos
Melhor infraestrutura na organização do evento, viabilizado pelo COMAS, exceto o espaço da plenária.
Mediação melhor que nas últimas conferências.
Escolha de uma Assessoria, com um mediador que não faz parte da rede socioassistencial.

10.2 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.2. Principais pontos negativos
Alimentação deveria ser mais balanceada e com variedades.

10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.3. Sugestões para futuras conferências
O horário deve ser reduzido, pois tornou-se cansativo.
Palestra deve ter linguagem menos técnica para garantir o entendimento dos participantes.
Fornecimento de material explicativo, de fácil entendimento para que todos tenham acesso e saibam para que sirva.

Anexo 7 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo VI – aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de Pinheiros 2013 – Eixo VI “Regionalização” – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços
Com relação à deliberação 43 – 2009, já implementada, como um avanço a compilação e a divulgação dos serviços o que facilita o trabalho dos técnicos e orientação aos usuários.
2011 - 04 - Elevar o percentual do orçamento total do município destinado à Assistência Social, garantindo o percentual de no mínimo 5% destinado a assistência social, garantindo recursos para: <ul style="list-style-type: none">• Contratação, capacitação e atualização salarial dos trabalhadores do SUAS conforme o IPCA;• Revisão da planilha de custos para os trabalhadores socioeducativos que contemple o acesso e permanência do trabalhador no equipamento, por meio de recursos destinados ao transporte e aumento do número de horas mensais de oficinas por oficinairos;• Verba específica para capacitação garantida nos termos de convênio;• Garantir o repasse na verba para contemplar o reajuste de salário dos trabalhadores;• Garantir recursos para a efetivação das atividades pedagógicas.• Contratação, capacitação e atualização salarial dos trabalhadores do SUAS conforme o IPCA;• Revisão da planilha de custos para os trabalhadores socioeducativos que contemple o acesso e permanência do trabalhador no equipamento, por meio de recursos destinados ao transporte e aumento do número de horas mensais de oficinas por oficinairos;
2011 - 38 - Garantir recursos para a Comissão de Controle e Monitoramento das Deliberações das Conferências.
2011-50 - Criação de um Comitê Gestor Municipal para trabalhar a intersetorialidade e promover ações a partir da criação de programas intersetoriais com as políticas sociais (Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, Habitação, Cultura, Transporte, Esporte), além de garantir um plano de comunicação efetivo e integrado para atendimento da população em situação de extrema pobreza.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades
Com relação à deliberação 43 – 2009, já implementada, a maior dificuldade é que a compilação e a divulgação dos serviços, que facilita o trabalho dos técnicos e orientação aos usuários não é atualizado.
2009 - 20 - Criar plano de divulgação dos dados da assistência social, do decálogo e dos serviços disponíveis através de diversos meios de comunicação com linguagem acessível ao usuário, para empoderar a participação da comunidade e propiciar acessibilidade do usuário ao serviço.
2009 - 29 - Desenvolver política municipal de qualificação permanente e salários adequados aos trabalhadores sociais para um atendimento digno, referente à Política de Assistência Social e os direitos dos usuários, de acordo com a NOB-RH.

8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

8.3. Outras observações
Que a deliberação 55 tenha o acréscimo: que a alimentação seja diversificada, nutricionalmente balanceada e adequada à necessidade do usuário.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
2011 - 52 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X				
2011 - 55 - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.	X	X			
2009 - 67- Qualificar os fóruns locais e municipais sobre as questões pertinentes ao financiamento da política de assistência social.	X				
2009-23 - Garantir participação efetiva dos usuários da assistência social no Plano Plurianual e Orçamentário.	X				
01 - 2009 já em andamento: Fortalecer e efetivar a rede intersetorial através de ações regulamentadas por portarias, Projetos de Lei e decretos intersecretariais visando à garantia dos direitos socioassistenciais, nos três níveis de governo, com realização de audiências públicas.	X	X	X		

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Criação de ILPI na região.	X		
Distribuir guias de serviços a todos os serviços.	X		
Fortalecer articulação entre saúde e assistência social para atendimento dos casos com transtornos mentais, incluindo profissionais da saúde em alguns serviços, revendo o quadro de RH, capacitando profissionais e discutindo a criação de serviços conjuntos de saúde e assistência social. - aprovado	X	X	

Anexo 8 – Moções da Pré-Conferência Regional de Pinheiros

MOÇÃO

Pré-Conferência Regional de Pinheiros

TIPO DE MOÇÃO: REIVINDICAÇÃO
DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: TODAS - MUNICÍPIO
MOTIVO: SALÁRIO BAIXO

TEXTO:

Venho por meio desta, solicitar um “olhar” mais especial para os trabalhadores da Assistência Social, destinado uma verba melhor para o RH dos CCAS, pois se encontra defasado perante os salários da Secretária da Educação.

Estamos sendo desvalorizados na Assistência Social. Salário muito baixo.

ASSINATURAS: 33

MOÇÃO

Pré-Conferência Regional de Pinheiros

TIPO DE MOÇÃO:
DESTINATÁRIO DA MOÇÃO:
MOTIVO:

TEXTO:

A Conferência Regional de Assistência Social de Pinheiros propõe a elaboração de um projeto de lei instituído o SUAS (Sist. Único de A. Social) na cidade de São Paulo, seguindo o que disciplina a lei nacional 12.435/11 (LOAS – ampliada e reservada).

ASSINATURAS: 41

MOÇÃO

Pré-Conferência Regional de Pinheiros

TIPO DE MOÇÃO: APELO
DESTINATÁRIO DA MOÇÃO:
MOTIVO:

TEXTO:

Agilização no atendimento médico (agendamento de consultas, exames, internações) para idosos em Postos de Saúde, AMA's, UBS's e Hospitais.

ASSINATURAS: 47